

## RESUMO - GT1: RACISMO E DEMOCRACIA EM DEBATE

### **TRAÇOS COLONIAIS DA QUESTÃO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE DA PÓS-GLOBALIZAÇÃO: DESIGUALDADES ESTRUTURAIS NO BRASIL.**

*Hellen Vitória Oliveira Silva (hellen.vitoriaoliveira@ufpe.br)*

*Maria Eduarda Gomes Antonio (eduardaantonio@outlook.com)*

*Thaysa Roberta Da Silva Sena (thaysa.roberta@ufpe.br)*

*Débora Ewelyn Barbosa Da Silva (debsewellyn2015@gmail.com)*

Este resumo analisa a questão social no Brasil, com ênfase em suas raízes coloniais e na forma como essas estruturas se reconfiguram no contexto da pós-globalização. Apesar das transformações trazidas pela globalização, persistem estruturas históricas de exclusão e hierarquização que remontam ao período colonial e permanecem vigentes. As desigualdades não podem ser compreendidas como fenômenos isolados, mas sim como expressões de um processo histórico e estrutural de exclusão social, racial e territorial. A análise destaca a centralidade do racismo estrutural, a concentração fundiária e a segregação socioespacial como elementos fundamentais para a reprodução dessas desigualdades.

Buscamos demonstrar que não é possível compreender a realidade social brasileira sem reconhecer que o legado colonial expresso no racismo estrutural, na desigualdade de acesso a direitos e na marginalização de amplas parcelas da população moldou e ainda molda as formas de inserção social, de acesso à cidadania e de reprodução da pobreza.

O sistema escravocrata, a concentração fundiária, a negação histórica de direitos à população negra e indígena, somadas à ausência de processos efetivos de reparação e justiça social, constituem os pilares de uma estrutura social que naturaliza a exclusão e reproduz desigualdades profundas. Os efeitos desse processo histórico seguem presentes nas dinâmicas contemporâneas de acesso a trabalho, moradia, educação, saúde, segurança e dignidade.

Nesse sentido, reafirma-se que a pobreza e a desigualdade no Brasil não são fenômenos excepcionais nem anomalias no percurso de desenvolvimento nacional. Ao contrário, são resultados sistemáticos de uma longa e complexa construção social fundamentada nos pilares do colonialismo, do racismo e do patriarcado. Essa compreensão exige o abandono de discursos que explicam a desigualdade com base em méritos individuais ou em supostas incapacidades culturais dos grupos oprimidos. Ao deslocar o foco da "culpa" individual para os mecanismos históricos de opressão, abre-se espaço para uma crítica estrutural que recusa a ideia de desenvolvimento como um processo linear e homogêneo.

A permanência de traços coloniais nas estruturas sociais, políticas e econômicas do país evidencia que a questão social brasileira está enraizada em um processo histórico de exploração e exclusão que atravessa séculos. Trata-se de uma desigualdade estrutural que favorece sistematicamente as elites econômicas e brancas, ao mesmo tempo em que nega direitos, humanidade e oportunidades às populações racializadas, periféricas e historicamente marginalizadas. A manutenção dessa ordem, mesmo diante de transformações políticas e econômicas, demonstra que os fundamentos coloniais seguem operando no presente — muitas vezes de maneira sofisticada, disfarçada ou naturalizada.

Na contemporaneidade, marcada pela pós-globalização e pela intensificação de processos neoliberais, essas desigualdades não apenas persistem, mas se reconfiguram sob novas formas de precarização, vigilância e controle social. O avanço da financeirização da economia, o desmonte dos direitos sociais, a criminalização da pobreza e a militarização de territórios populares são exemplos de como o modelo colonial de dominação é reatualizado. A violência simbólica e material se intensifica, e os discursos que culpabilizam os indivíduos por sua própria condição de pobreza reforçam estigmas e legitimam a exclusão, como uma engrenagem fundamental que sustenta a acumulação capitalista em sua fase atual.

Palavras-chave: questão social; período colonial; desigualdades.